

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Considerando-se que a finalidade do Sistema de Contabilidade Federal consiste em registrar os atos e fatos relacionados à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, é correto afirmar que esse sistema

- Ⓐ permite o controle da situação patrimonial a partir do momento de pagamento das despesas e de recolhimento das receitas públicas.
- Ⓑ promove, respeitados os aspectos formais na legislação vigente, o aprimoramento do processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade.
- Ⓒ apresenta os valores empenhados, liquidados e pagos, bem como a consulta ao saldo orçamentário, excetuando-se apenas a disponibilidade financeira, disponível em outro sistema.
- Ⓓ não vislumbra a padronização das contas, uma vez que cada ente federativo e demais entidades realizam ações de governo distintas, inviabilizando a uniformidade de nomenclaturas.
- Ⓔ não apresenta a evidenciação dos custos das unidades da administração pública federal.

QUESTÃO 22

Um gestor contábil, ao identificar possível perda de valor de tratores registrados no ativo de um município, contratou laudo pericial para embasar o correto registro dos bens.

O gestor informou ao profissional contratado que os tratores foram adquiridos em 1.º/6/20X6, pelo valor de R\$ 1.200.000, entraram em funcionamento no mês seguinte ao da aquisição e estão sendo depreciados à taxa de 10% ao ano.

O laudo, datado de 31/12/20X9, conforme solicitado, apresentou os seguintes valores:

- valor de uso dos tratores — R\$ 820.000;
- valor líquido de venda — R\$ 800.000.

A partir dessa informação, o gestor contabilizou, em 31/12/20X9, uma perda a título de valor recuperável, no montante de R\$ 20.000. O procedimento adotado está incorreto.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o valor recuperável e a conclusão correta.

- Ⓐ O valor recuperável é de R\$ 820.000, logo o gestor deveria ter contabilizado a perda de R\$ 40.000.
- Ⓑ O valor recuperável é de R\$ 820.000, logo o gestor deveria ter contabilizado a perda de R\$ 50.000.
- Ⓒ O valor recuperável é de R\$ 820.000, logo não há perda a ser contabilizada pelo gestor.
- Ⓓ O valor recuperável é de R\$ 800.000, logo o gestor deveria ter contabilizado a perda de R\$ 40.000.
- Ⓔ O valor recuperável é de R\$ 800.000, logo o gestor deveria ter contabilizado uma perda de R\$ 30.000.

QUESTÃO 23

A tabela a seguir apresenta informações sobre processos judiciais de uma entidade pública, nos quais a referida entidade é ré.

natureza	obrigação presente	estimativa confiável de valor	valor (em reais)
tributária	sim	positivo	258.000
tributária	sim	negativo	120.000
trabalhista	sim	positivo	300.000
ambiental	não	positivo	80.000
ambiental	sim	positivo	55.000

O departamento jurídico dessa entidade informa ainda que é considerada provável a saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

A partir da classificação desses processos, o valor da provisão que deverá ser reconhecida nas contingências pelo gestor contábil da entidade corresponde a

- Ⓐ R\$ 813.000, visto que a contingência de todas as situações é o principal fator para reconhecimento.
- Ⓑ R\$ 733.000, visto que estimativas não confiáveis não podem compor o valor de reconhecimento.
- Ⓒ R\$ 693.000, visto que valores de obrigações não presentes não podem compor o valor de reconhecimento.
- Ⓓ R\$ 613.000, visto que estimativas não confiáveis e obrigações não presentes não podem compor o valor de reconhecimento.
- Ⓔ R\$ 558.000, visto que as estimativas de natureza ambiental e as estimativas não confiáveis não podem compor o valor de reconhecimento.

QUESTÃO 24

D – variação patrimonial diminutiva

C – adiantamento concedido a pessoal e a terceiros

De acordo com o MCASP 8.ª edição, após análise do lançamento contábil, o registro precedente corresponde a

- Ⓐ adiantamento a fornecedor de material.
- Ⓑ adiantamento de salário a servidor ativo.
- Ⓒ pagamento referente a contratação de seguro.
- Ⓓ ingresso de recursos de devolução de adiantamento a servidor.
- Ⓔ prestação de contas de suprimento de fundos.

QUESTÃO 25

Um ente federativo adquiriu um *software* específico para controlar a distribuição de material escolar entre todas as unidades educacionais. O custo desse ativo intangível foi de R\$ 25.000, acrescido de 10% de tributos não recuperáveis.

Para garantir o pleno funcionamento do sistema, foram necessários ainda os seguintes recursos:

- pagamento a profissionais responsáveis pela instalação do sistema: R\$ 4.000;
- custos de realização de testes: R\$ 1.800;
- outras despesas administrativas incorridas: R\$ 500.

Após analisar essas informações, o gestor contábil do referido ente, sabendo que este espera a geração de benefícios econômicos a partir da implantação do sistema, deverá reconhecer o intangível no valor, em reais, de

- A** 25.000.
- B** 27.500.
- C** 31.500.
- D** 33.300.
- E** 33.800.

QUESTÃO 26

Uma entidade pública recebeu em doação um terreno onde serão construídas futuras instalações para prestação de serviços sociais à população. A variação patrimonial decorrente da inserção do ativo ao patrimônio da entidade deverá ser classificada como

- A** superveniência passiva.
- B** superveniência ativa.
- C** insubsistência do ativo.
- D** insubsistência do passivo.
- E** variação patrimonial qualitativa.

QUESTÃO 27

Assinale a opção que apresenta uma variação patrimonial aumentativa.

- A** recebimento de valores de contribuintes decorrentes de um fato gerador de natureza tributária
- B** extinção do valor econômico de um ativo
- C** extinção de um passivo, concomitante à de um ativo de mesmo valor
- D** aumento do patrimônio líquido da entidade advindo de contribuições dos proprietários
- E** aquisição de novos ativos para incorporação ao patrimônio da sociedade

Tabela 2A1-I

A tabela a seguir representa o balancete de verificação que dará origem ao balanço patrimonial de um ente público.

contas (em reais)	
disponível	10.500
salários e encargos	220.000
provisões (curto prazo)	8.000
receita de transferência	198.000
estoque de materiais de consumo (curto prazo)	28.000
financiamentos (longo prazo)	35.000
tributos a recolher	45.000
veículos pesados	70.000
depreciação acumulada	14.000
variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente (curto prazo)	1.500
terreno	120.000
despesa de água	6.000
receita de taxas	95.000
receita de aplicações	1.000
materiais permanentes	34.000
aplicações financeiras (curto prazo)	12.000
patrimônio/capital social	100.000
despesas de aluguel	34.000

QUESTÃO 28

Após a classificação das contas do balancete da tabela 2A1-I, o balanço patrimonial apresentará em seu ativo circulante e não circulante, respectivamente, os montantes, em reais, iguais a

- A** 50.500 e 210.000.
- B** 52.000 e 210.000.
- C** 52.000 e 224.000.
- D** 60.000 e 224.000.
- E** 60.000 e 216.000.

QUESTÃO 29

A partir do balancete de contas apresentado na tabela 2A1-I, o valor total do passivo (de curto prazo e longo prazo), em reais, do ente público em questão é igual a

- A** 383.500.
- B** 382.000.
- C** 308.000.
- D** 88.000.
- E** 80.000.

QUESTÃO 30

A respeito do processo de reavaliação de ativo imobilizado do setor público, julgue os itens a seguir.

- I Na reavaliação de bens imóveis específicos, a estimativa do valor justo pode ser realizada utilizando-se o valor de reposição do bem devidamente depreciado.
- II O custo de construção de um ativo com semelhante potencial de geração de benefícios pode ser adotado como valor de mensuração de bem imóvel.
- III O resultado positivo (conta credora) decorrente da primeira reavaliação deverá ser contabilizado como reserva de reavaliação, conta integrante do patrimônio líquido.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 31

Caso a legislação de determinado estado estabeleça que o fato gerador do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) ocorra no dia 1.º de janeiro de cada ano, o reconhecimento do direito a receber relativo a esse imposto deverá ser registrado na contabilidade desse ente federado

- A no momento em que houver a previsão da arrecadação dessa receita em sua lei orçamentária anual (LOA).
- B no dia 1.º de janeiro, dia do fato gerador estabelecido em sua legislação.
- C no momento da arrecadação desse imposto, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.
- D no momento do recolhimento desse imposto, quando houver a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro do estado.
- E depois de efetuadas as transferências legais e voluntárias devidas pelo referido estado.

QUESTÃO 32

Em geral, a principal fonte de alocação de recursos dos serviços públicos sobre os quais o Estado detém monopólio, fornecendo-os por custo irrisório diretamente cobrado do beneficiário ou sem sua contrapartida, é

- A o orçamento.
- B o desembolso do beneficiário.
- C a reserva de contingência.
- D o saldo vinculado.
- E os depósitos de terceiros.

QUESTÃO 33

No sistema de custos, o método de custeio refere-se ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto custeado. Nesse sentido, o método que consiste na apropriação dos custos de produção e das despesas aos produtos e serviços é o custeio

- A direto.
- B variável.
- C por absorção.
- D pleno.
- E por atividade.

QUESTÃO 34

Na metodologia utilizada para a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas contábeis estão segregadas em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados, o que permite o registro dos dados contábeis de forma organizada e facilita a análise das informações de acordo com sua natureza. Nessa metodologia, o PCASP está estruturado conforme as naturezas das informações contábeis

- A orçamentária, financeira e de compensação.
- B operacional, de financiamentos e de investimentos.
- C fiscal, de seguridade social e de investimentos.
- D patrimonial, de investimentos e de financiamentos.
- E orçamentária, patrimonial e de controle.

Texto 2A2-I

No primeiro exercício financeiro de uma entidade governamental, foram registrados os seguintes eventos contábeis.

- I Aprovação da LOA com receitas e despesas previstas e fixadas no valor de R\$ 250.000 (80% na categoria econômica corrente e 20% na categoria econômica de capital).
- II Lançamento de impostos no valor de R\$ 200.000, tendo sido arrecadados 70% desse valor.
- III Empenho, liquidação e pagamento de despesas com pessoal no valor de R\$ 80.000.
- IV Recebimento em doação de bem imóvel no valor de R\$ 100.000, para uso nas atividades administrativas.
- V Empenho e liquidação de despesas com água, luz e telefone no valor de R\$ 60.000, dos quais 50% foram pagos no exercício e 50%, inscritos em restos a pagar processados.
- VI Recebimento de depósitos restituíveis no valor de R\$ 20.000.

QUESTÃO 35

Considerando-se o texto 2A2-I, é correto afirmar que, no balanço orçamentário do referido exercício financeiro, o total das despesas liquidadas, em reais, pela entidade foi igual a

- A 80.000.
- B 110.000.
- C 140.000.
- D 200.000.
- E 250.000.

QUESTÃO 36

Com base no texto 2A2-I, é correto afirmar que, no balanço financeiro daquele exercício financeiro, os recebimentos extraorçamentários continham

- A apenas o evento VI, no valor de R\$ 20.000.
- B apenas o evento V, no valor de R\$ 30.000.
- C apenas os eventos V e VI, totalizando R\$ 50.000.
- D apenas o evento IV, no valor de R\$ 100.000.
- E apenas os eventos IV, V e VI, totalizando R\$ 150.000.

QUESTÃO 37

No rol das variações patrimoniais aumentativas da demonstração das variações patrimoniais (DVP) do exercício financeiro de que trata o texto 2A2-I, constavam impostos no valor de

- A R\$ 140.000, correspondentes aos valores arrecadados no período.
- B R\$ 160.000, correspondentes à soma entre os valores arrecadados e o ingresso de depósitos restituíveis.
- C R\$ 200.000, correspondentes aos valores lançados no período.
- D R\$ 220.000, correspondentes à soma entre os valores lançados e os depósitos restituíveis.
- E R\$ 250.000, correspondentes à previsão de arrecadação no período.

QUESTÃO 38

A respeito das informações de fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira que devem ser consideradas na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa (DFC) do setor público, assinale a opção correta.

- A Quando houver informações de fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira, a DFC deve ser elaborada pelo método indireto.
- B Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda de apresentação da entidade.
- C Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras devem ser incluídos nos fluxos de caixa.
- D Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional da entidade.
- E Para fins de padronização e consolidação das contas públicas, os efeitos das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa devem ser classificados no fluxo das atividades operacionais.

QUESTÃO 39

Julgue os itens a seguir, acerca da divulgação das políticas contábeis em notas explicativas às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP).

- I Cada entidade deve considerar a natureza das suas operações e as políticas que os usuários de suas demonstrações contábeis esperam que sejam divulgadas.
- II Quando os valores associados a períodos anteriores e ao atual não forem materiais, a política contábil não será considerada significativa.
- III Eventual impossibilidade de valoração de ativos obtidos a título gratuito deve ser evidenciada em notas explicativas.
- IV A entidade deve divulgar em nota explicativa a alteração de uma política contábil apenas se a mudança tiver sido exigida pelas normas de contabilidade aplicáveis.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 40

Para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo com a adequada elaboração das DCASP, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações a serem incluídas ou excluídas na consolidação: a utilização do 5.º nível (subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP para identificar os saldos recíprocos nas contas de natureza patrimonial.

Conforme esse mecanismo, as contas das operações que compreendem os saldos a serem excluídos dos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de um mesmo ente devem ser identificadas pelo dígito

- A 1 (consolidação).
- B 2 (intra OFSS).
- C 3 (inter OFSS – União).
- D 4 (inter OFSS – estado).
- E 5 (inter OFSS – município).

Texto 2A6-I

Em 1.º/11/20X8, as instalações de determinado ente público federal desabaram parcialmente, afetando salas e equipamentos essenciais. O ordenador de despesas, diante da situação emergencial e para evitar prejuízos com a parada de setores essenciais para o funcionamento do referido ente, alugou, por dois meses, salas comerciais e transferiu para elas, em 10/11/20X8, parte das atividades do órgão.

Havia um suprimento de fundos para atender a despesas de pequeno vulto desse ente, no valor total de R\$ 15.000, ainda não utilizado, concedido em 10/10/20X8, mediante cartão de pagamento do governo federal, com prazo de utilização até 31/12/20X8. Diante da impossibilidade de se aguardar o processamento normal da execução orçamentária, o ordenador de despesas decidiu pagar as despesas associadas ao evento com o suprimento de fundos que está aberto.

QUESTÃO 41

Tendo como referência o texto 2A6-I, de acordo com as normas legais, é possível o pagamento

- A do aluguel das salas até 31/12/20X8, desde que o valor mensal total não ultrapasse R\$ 7.500 e a prestação de contas seja apresentada até 15/1/20X9.
- B de apenas um mês de aluguel, desde que o valor não ultrapasse R\$ 3.300 e a prestação de contas seja realizada em até 30 dias da aplicação dos recursos.
- C de despesas do serviço de mudança para a nova localidade, desde que o valor total não ultrapasse R\$ 1.760 e a prestação de contas seja apresentada até 15/1/20X9.
- D do aluguel das salas até 9/1/20X9, desde que o valor mensal total não ultrapasse R\$ 1.760 e a prestação de contas seja apresentada em até 30 dias da aplicação dos recursos.
- E da aquisição de novos equipamentos para substituição daqueles danificados, desde que o valor por comprovante da despesa não ultrapasse R\$ 3.300 e a prestação de contas seja apresentada até 15/1/20X9.

QUESTÃO 42

Ainda com referência ao texto 2A6-I, considere que se tenha utilizado o suprimento de fundos disponível para pagamento apenas do serviço de conserto de um equipamento, no valor de R\$ 500, concluído em 30/12/20X8, e a prestação de contas tenha sido feita em 4/1/20X9, conforme as normas vigentes para transações no setor público.

Nesse caso, é correto afirmar que deverá

- Ⓐ constar como ativo circulante, em 31/12/20X8, o valor de R\$ 15.000, a título de adiantamento.
- Ⓑ constar como ativo circulante, em 31/12/20X8, o valor de R\$ 14.500, a título de adiantamento.
- Ⓒ constar como despesa liquidada, do exercício de 20X9, o valor de R\$ 500, já que foi feita a prestação de contas.
- Ⓓ ser registrada, no exercício de 20X9, uma despesa de R\$ 500, pelo enfoque orçamentário, tendo como fato gerador a prestação de contas.
- Ⓔ ser registrada, no exercício de 20X8, uma despesa de R\$ 500, pelo enfoque patrimonial, tendo como fato gerador a conclusão do serviço no exercício.

QUESTÃO 43

O contrato de limpeza e conservação do prédio onde funciona um ente público com uma empresa especializada, no valor mensal de R\$ 32.000, se encerrou em 30/11/20X7; o pagamento, conforme contrato, ocorria até o dia 5 do mês subsequente ao da prestação do serviço. Diante da necessidade de manutenção do serviço, considerado essencial, o ordenador de despesas do referido ente autorizou a manutenção ininterrupta do serviço, mesmo tendo sido firmado o novo contrato somente em 1.º/2/20X8. As notas fiscais do período até 30/10/20X7 foram devidamente atestadas e pagas, e o empenho referente ao mês de novembro de 20X7 estava pendente, aguardando o envio da nota fiscal correspondente.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em 5/2/20X8, pode ser feito o pagamento referente a 3 meses de serviço, caso haja o ateste das notas fiscais de dezembro de 20X7 e de janeiro de 20X8, a título de despesas de exercícios anteriores.
- Ⓑ Em 5/1/20X8, caso seja enviada a nota fiscal referente ao mês de novembro de 20X7, pode ser feito o empenho, a liquidação e o pagamento, a título de despesas de exercícios anteriores.
- Ⓒ Em 5/12/20X7, caso seja enviada a nota fiscal referente ao mês de novembro de 20X7, pode ser feito o empenho, a liquidação e o pagamento, a título de despesas de exercícios anteriores.
- Ⓓ Em 5/11/20X7, deve ser feito o empenho e a liquidação referentes ao mês de novembro, registrando-se a despesa do exercício, e o pagamento deve aguardar apenas o envio da nota fiscal.
- Ⓔ Em 5/3/20X8, pode ser feito o pagamento referente a quatro meses, se houver o ateste das notas fiscais de novembro e dezembro de 20X7, a título de despesas de exercícios anteriores, e de janeiro e fevereiro de 20X8, a título de despesas do exercício.

Texto 2A6-II

A tabela a seguir mostra a movimentação hipotética da União, em R\$ milhões, no exercício de 20X9; o mobiliário pago no exercício foi adquirido e entregue em 20X8. Foi liquidado o equivalente a 80% da despesa empenhada e pagos 50% da despesa de capital.

informação	valor
lançamento do ITR (imposto sobre a propriedade territorial rural) do exercício	2.100
pagamento de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária	3.500
alienação de imóveis usados	4.200
royalties recebidos	2.100
depósitos de garantia de execução contratual recebidos	1.800
depreciação de bens	900
pagamento de folha de servidores do exercício	7.200
amortização de empréstimos	5.500
emissão de títulos do Tesouro	3.400
fundo de participação dos estados (FPE)	1.300
fundo de participação dos municípios (FPM)	1.500
recebimento de juros de empréstimos	800
aquisição de computadores novos	1.000
recebimento do imposto de renda	4.300
arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE-combustíveis)	3.400
pagamento da dívida externa do exercício	1.600
pagamento de fornecedores de mobiliário	900
integralização de capital social de empresa pública	2.000
recebimento de aluguéis de imóveis	2.500
convênio com prefeituras para a construção de escolas municipais	800
pagamento de juros da dívida interna do exercício	800

QUESTÃO 44

Tendo como referência o texto 2A6-II, de acordo com as normas vigentes, o montante de receita extraorçamentária, em milhões de reais, foi de

- Ⓐ 1.800.
- Ⓑ 3.900.
- Ⓒ 9.000.
- Ⓓ 11.800.
- Ⓔ 17.900.

QUESTÃO 45

Ainda com referência ao texto 2A6-II, a receita de capital, em milhões de reais, foi, segundo o aspecto orçamentário, de

- A 4.200.
- B 6.300.
- C 9.700.
- D 13.000.
- E 15.100.

QUESTÃO 46

Ainda com relação ao texto 2A6-II, a despesa de capital realizada, em milhões de reais, foi, segundo o aspecto orçamentário, de

- A 8.800.
- B 9.700.
- C 14.300.
- D 16.400.
- E 17.800.

QUESTÃO 47

A partir do texto 2A6-II, é correto inferir que a despesa total realizada, em milhões de reais, foi, segundo o aspecto patrimonial, de

- A 11.700.
- B 12.500.
- C 20.500.
- D 24.900.
- E 26.000.

QUESTÃO 48

No Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), constam os registros contábeis e as atividades relacionadas com o processamento da execução orçamentária da União. No âmbito do SIAFI, no momento em que um órgão federal paga a um fornecedor, deve-se registrar, no valor correspondente ao da operação,

- A uma nota de dotação.
- B uma nota de movimentação de crédito.
- C um pré-empenho.
- D uma nota de lançamento.
- E uma nota de empenho.

QUESTÃO 49

Assinale a opção correta, a respeito da conta única do Tesouro Nacional.

- A A abertura de conta-corrente por uma unidade gestora sediada em uma capital brasileira, em regra, não fere o princípio da unidade de caixa, desde que seja feita no Banco do Brasil S.A.
- B No pagamento de despesas relacionadas a pessoal (remuneração de servidores públicos), deve-se utilizar a ordem bancária de faturas.
- C A movimentação de recursos financeiros dos órgãos e das entidades ligadas ao SIAFI deve ser realizada na conta de cada órgão e depois unificada na conta única do Tesouro Nacional.
- D A movimentação orçamentária entre órgãos de diferentes ministérios, ligados ao SIAFI, é realizada por meio do destaque externo.
- E Uma unidade gestora está apta a realizar pagamentos por meio de ordem bancária, desde que haja o limite orçamentário de saque.

QUESTÃO 50

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade — NBC TSP Estrutura Conceitual/2016 — e as demais normas vigentes aplicadas à contabilidade pública, assinale a opção correta.

- A A identificação de que uma obrigação presente pode ser extinta sem a saída de recursos determina o não reconhecimento dessa obrigação como passivo.
- B O sistema de esgoto de uma cidade, por ser reflexo de uma típica transação sem contraprestação, não deve ser reconhecido como ativo.
- C A transferência de um veículo usado entre entes públicos deve ser realizada pelo custo corrente de reposição do ativo deduzido de depreciação e perdas do valor recuperável do bem.
- D A obrigação de pagamento de aluguel mensal decorrente de contrato firmado de locação de imóveis é classificada como obrigação não legalmente vinculada.
- E Um contrato de locação de impressoras, ainda que não haja a transferência substancial dos riscos e da propriedade, que são indicadores de controle, deve ser registrado como ativo.

QUESTÃO 51

A respeito de conceitos, espécies e natureza jurídica do orçamento público e de princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

- I No Brasil, o princípio do equilíbrio orçamentário deve ser respeitado tanto em seu aspecto formal, quanto em seu aspecto material, sob pena de crime de responsabilidade.
- II No orçamento-programa, a lei orçamentária não deve conter apenas as estimativas para as receitas e despesas do próximo exercício financeiro, mas também a previsão de objetivos e metas relacionados à realização das necessidades públicas.
- III O princípio da unidade estabelece que deva haver uma única lei orçamentária para cada ente da federação.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 52

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

- I A classificação das transferências como corrente ou de capital independe da destinação dos recursos no órgão ou na entidade recebedora.
- II Os empenhos com vigência plurianual que não tenham sido liquidados deverão ser inscritos como restos a pagar apenas no último ano da vigência do crédito.
- III Subvenções sociais destinam-se ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 53

Em relação ao conceito e à classificação das receitas públicas, assinale a opção correta.

- A** Consideram-se receitas públicas as entradas de recursos financeiros de caráter compensatório, tais como retenções e garantias.
- B** Embora seja item da receita orçamentária, o superávit do orçamento corrente não pode ser considerado uma receita de capital.
- C** Receitas efetivas resultam em aumento na situação patrimonial líquida da administração pública.
- D** Receitas tributárias, de contribuições e de alienações de bens são consideradas receitas correntes.
- E** São receitas de capital as receitas de operações de crédito, de serviços, e de amortização de empréstimos.

QUESTÃO 54

Ricardo, com sessenta e cinco anos de idade, ajuizou ação contra um estado da Federação. A ação foi julgada totalmente procedente, e a sentença, transitada em julgado, condenou o referido estado a pagar a Ricardo o valor de R\$ 50 mil, cujo débito é de natureza alimentícia. Todavia, o estado fixou em lei o valor de R\$ 6 mil como limite para pagamento de obrigação de pequeno valor.

Nessa situação hipotética, levando-se em consideração a disciplina constitucional dos precatórios,

- A** Ricardo poderá receber o valor integral, por meio de precatório, com preferência sobre todos os demais débitos de forma integral.
- B** Ricardo poderá fracionar o montante para pagamento com preferência sobre todos os demais débitos, com exceção daqueles de natureza alimentícia, até o limite de R\$ 12 mil, sendo o restante pago segundo a ordem cronológica de apresentação.
- C** o nome de Ricardo e o do seu processo judicial poderão ser informados na dotação orçamentária criada para o pagamento de seu precatório.
- D** Ricardo poderá fracionar o montante para pagamento com preferência sobre todos os demais débitos até o limite de R\$ 18 mil, devendo o restante ser pago segundo a ordem cronológica de apresentação.
- E** o precatório de Ricardo deverá ser apresentado até 31 de agosto do ano corrente para que possa ser pago até 31 de dezembro do ano seguinte.

QUESTÃO 55

No que diz respeito aos conceitos de ingressos e receitas públicas e às classificações das receitas públicas, julgue os itens a seguir.

- I Nem todo ingresso público é uma receita pública, mas toda receita pública é um ingresso público.
- II As receitas tributárias são consideradas receitas originárias.
- III As amortizações de empréstimos são consideradas receitas correntes.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 56

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a evolução do patrimônio líquido de orçamento estadual em relação aos últimos três exercícios pode ser verificada mediante consulta ao

- A** anexo de riscos fiscais que integra a lei de diretrizes orçamentárias.
- B** texto do plano plurianual.
- C** texto da lei orçamentária anual.
- D** anexo de metas fiscais que integra a lei de diretrizes orçamentárias.
- E** anexo de metas fiscais que integra a lei orçamentária anual.

QUESTÃO 57

Ministério Público de Contas verificou que a fazenda pública de determinado estado, no momento da expedição de precatórios, não abatia do valor líquido dos precatórios os valores referentes a parcelas vincendas de parcelamentos. O estado justificou que não fazia o abatimento em razão de inexistir regulamentação que determinasse a compensação.

Nessa situação, essa omissão de abatimento é

- A** regular, uma vez que as parcelas devem estar vencidas para serem compensadas.
- B** regular, sendo necessária a regulamentação para se realizar a compensação.
- C** regular, pois não há previsão constitucional para se realizar essa compensação.
- D** irregular, devendo haver a compensação mesmo de créditos cuja execução esteja suspensa.
- E** irregular, já que deve haver a compensação nos casos em que a execução não estiver suspensa.

QUESTÃO 58

Determinado estado deixou de efetuar o pagamento de precatório por mais de dois exercícios consecutivos, sem razão de força maior.

Nessa situação, essa dívida

- A** integra a dívida pública flutuante e pode ensejar intervenção federal.
- B** integra a dívida pública flutuante e pode ensejar o sequestro da quantia.
- C** integra a dívida pública mobiliária e pode ensejar intervenção federal.
- D** integra a dívida pública consolidada e pode ensejar sequestro da quantia.
- E** integra a dívida pública consolidada e pode ensejar intervenção federal.

QUESTÃO 59

Ao apreciar a classificação da transferência de recursos de estado a município, o analista do tribunal de contas competente verificou que foi classificada como voluntária a transferência de recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal.

Nesse caso, a referida classificação está

- A** errada, uma vez que a definição legal de transferência voluntária exclui o repasse de recursos destinados ao SUS.
- B** errada, uma vez que recursos destinados ao SUS são oriundos da União.
- C** correta, desde que tenha sido observada a existência de dotação específica.
- D** correta, desde que os valores sejam destinados ao cumprimento dos limites constitucionais relativos à saúde.
- E** correta, desde que acompanhada de previsão orçamentária de contrapartida.

QUESTÃO 60

As receitas públicas oriundas de dividendos recebidos de empresa pública estadual são classificadas como

- A** tributárias.
- B** patrimoniais.
- C** industriais ou de serviços, a depender da natureza da atividade empresarial.
- D** transferências correntes.
- E** outras receitas correntes.

Espaço livre